

Educação pública de qualidade, eu acredito!

Luis Antonio Namura Poblacion (*)

A migração de alunos das escolas particulares para as públicas registra altas seguidas há alguns anos e em 2018 não será diferente.

Um importante indicador que mostra que o fenômeno ainda está em ascensão são as inscrições para vagas nas redes de ensino municipal e estadual, que terminam em poucos dias, até mesmo horas, de acordo com a boa fama da instituição de ensino. Para ser ter ideia, só em São Paulo, o número de alunos que migrou para a rede pública aumentou em 25% em cinco anos.

Esse aumento crescente se justifica não só pela crise econômica, que vem apertando o orçamento das famílias e mantendo a taxa de desemprego lá no alto; mas também pelos bons resultados no ensino de muitas escolas públicas. As mais procuradas pelos pais são justamente aquelas com melhor desempenho. E o sucesso dessas se espalha rapidamente.

Portanto, o principal desafio da educação pública, diante desse novo panorama, é o de aumentar a qualidade do ensino ofertado e manter a excelência nas escolas onde os bons frutos já aparecem e são reconhecidos. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem apresentado resultados positivos crescentes ao longo dos anos. Em 2015, por exemplo, a média das notas nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi 5,5.

Mas a meta estipulada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para 2022 é 6,0, média correspondente a um sistema educacional de qualidade comparável a de países desenvolvidos. Eu acredito que conseguiremos alcançá-la ou, pelo menos, chegaremos bem próximo. Mas, para isso, é fundamental que o poder público ofereça uma boa capacitação àqueles que exercem o papel mais importante em todo o processo de ensinar nossas crianças: os professores.

Eles precisam ter acesso a uma metodologia atualizada de ensino, moderna e instigante, que contribua não só para transmitir os conteúdos didáticos tradicionais, mas que desenvolva também nos

alunos tanto as habilidades cognitivas quanto as socioemocionais, a fim de contribuírem efetivamente na formação dos cidadãos do futuro.

Torna-se urgente modernizar a metodologia de ensino nas escolas públicas. O “ensino industrial” empregado há muitos anos já não é o mais adequado para transmitir o conhecimento, não supre todas as necessidades inerentes aos nossos alunos nativos digitais, em um mundo em que tudo muda num piscar de olhos. Nossos professores da rede pública devem acompanhar essa constante ebulição de novidades e, para isso, precisam de cursos de aperfeiçoamento profissional.

As Secretarias de Educação têm de estar atentas e preocupadas com essa questão quando desenvolverem seus planos de trabalho para 2018. Intensificar a formação profissional de educadores para que desenvolvam novas habilidades é o caminho para uma educação de qualidade na escola pública! Giz e quadro negro não são mais as ferramentas principais de um professor.

Agora, ele precisa ser munido de recursos digitais, elementos lúdicos de aprendizagem e ferramentas diversas que permitam que ele também transmita ensinamentos de uma forma criativa, inovadora e fique tão antenado em temas atuais quanto seus alunos. O Governo do Estado de São Paulo já deu um passo à frente, autorizando o uso de celulares em sala de aula em todas as escolas da rede estadual, como mais uma ferramenta de ensino e aprendizagem.

Centenas de escolas de municípios do interior paulista também já contam com laboratórios de informática e fazem uso de diversos recursos tecnológicos, como tablets e aplicativos educativos para estimular o aprendizado das disciplinas. A educação pública pode, sim, ser de qualidade! Basta que os governantes reúnam esforços em prol de nossas crianças, para que estejam preparadas para encarar o futuro que já bate à nossa porta.

(*) - Engenheiro Elétrico pelo ITA, com especialização em Marketing e Administração de Empresas e MBA em Franchising pela Louisiana State University e Hamburguer University/ Mc Donald's, é presidente da Planneta (www.planneta.com.br).

Condução coercitiva de reitor é 'violência inadmissível'

A deputada Margarida Salomão, presidenta da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Federais, afirmou ontem (6) que é uma violência inadmissível a condução coercitiva do reitor e da vice-reitora da UFMG, promovida pela Polícia Federal, durante a Operação Esperança Equilibrada. Ainda foram conduzidos coercitivamente a professora Heloísa Starling, uma das maiores historiadoras brasileiras, o ex-ministro e ex-reitor, Clério Camplin e o ex-reitor Ronaldo Pena.

Margarida fez duras críticas à operação. “Será que a polícia não tem mais o que fazer além de conduzir reitores coercitivamente? Isso é uma violência, uma violência simbólica, uma violência inadmissível. Um país que investe contra a sua universidade, contra sua pesquisa, contra a sua academia é um país que se auto condena à mediocridade, à obscuridade, à insignificância”, disse.

A parlamentar destacou que o reitor e a vice-reitora não se negaram em momento algum a dar informações sobre qualquer suspeita administrativa. “Prender o reitor da UFMG, é um tapa na cara de todos nós. É uma afronta. É uma violência inapropriada, deliberada e inadmissível”, afirmou. Segundo ela, a operação é uma repetição maximizada do que aconteceu na UFSC, que acabou com a trágica morte do ex-reitor Luiz Carlos Cancellier. Margarida lembrou que a Operação, tendo Cancellier como um dos alvos, teve como origem uma “trapalhada” e um abuso da PF, que sem motivos “praticou intimidação e violência” (Ag.Câmara).

Poder público fará o bloqueio de celulares em presídios

Projeto que repassa ao poder público responsabilidade de bloquear o sinal de celular nos presídios foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. A proposta, que terá votação final na Comissão de Ciência e Tecnologia é um substitutivo ao projeto do senador Lasier Martins (PSD-RS).

Caberá ao poder público a obrigatoriedade de assumir a instalação, o custeio e a manutenção do bloqueio de sinais de tele e radiocomunicações em presídios e penitenciárias. Lasier decidiu propor o uso do Pistel nessa demanda pelo fato de o fundo apresentar, sistematicamente, um saldo de recursos não aplicados.

Iniciativa também solucionaria impasses em vários estados que aprovaram leis determinando a instalação de equipamentos bloqueadores pelas prestadoras de serviço de telecomunicações, normas que vêm sendo contestadas junto ao STF. O entendimento das empresas é de que essa é uma obrigação do poder público.

O argumento do setor empresarial converge com a avaliação do relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), sobre a questão. Segundo ressaltou no parecer, o STF já declarou a inconstitucionalidade de leis estaduais que pretendiam impor essa atribuição às companhias de telefonia. “A proposição parte do pressuposto correto de que cabe ao Estado prover os meios e os recursos necessários à consecução da política de segurança”, considerou Armando no parecer (Ag.Senado).

Henrique Meirelles movimentada disputa pelo Planalto em 2018

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, comprou o terreno para sua futura candidatura presidencial e criticou o governador Geraldo Alckmin, explicitando as divisões dentro da coalizão que respalda Michel Temer

“A minha decisão será tomada no final de março”, declarou Meirelles, em entrevista ao jornal “Folha de S. Paulo”, indicando sua intenção de se candidatar e disse que é necessário haver um postulante que defenda o legado de “reformas e a política econômica” do governo peemedebista.

Meirelles é considerado um dos mentores da reforma constitucional que congelou os gastos públicos por 20 anos, aprovada em 2016, e do projeto para alterar as regras da aposentadoria, enviado ao Congresso. Ex-presidente do BankBoston, Meirelles conta com o respaldo do mercado, mas ainda não com o da população. Segundo pesquisa do Datafolha divulgada no fim de semana, ele não ultrapassa os 2% de intenções de voto.

A reforma da Previdência é questionada em alguns pontos



Henrique Meirelles decidirá sobre candidatura em março.

pelo PSDB, que deve ter Alckmin como presidente a partir deste sábado (9), data de sua convenção nacional. Na semana passada, circularam rumores de que o governador de São Paulo vai acertar com Temer o desembarque tucano do governo, tema marcado por idas e vindas nas últimas semanas. Em sua entrevista à “Folha”,

Meirelles criticou o PSDB por ser reticente em dar um apoio claro à reforma da Previdência. “Não há, pelo menos até o momento, um comprometimento do PSDB em defesa dessa série de políticas e do legado de crescimento com compromisso de continuidade”, declarou. Indicou que só será candidato se houver “percepção da po-

pulação” sobre o “crescimento econômico”. O cenário de indefinição nas eleições de 2018 deve permanecer por alguns meses, já que o candidato líder nas pesquisas, o ex-presidente Lula, corre o risco de ser condenado em segunda instância, o que o impossibilitaria de concorrer.

Nos cenários sem Lula, o primeiro colocado é o deputado Jair Bolsonaro (PSC), que já tem seu rosto estampado em camisetas com slogans eleitorais vendidas na periferia de São Paulo. A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), também anunciou sua pré-candidatura, assim como o ex-governador do Ceará, Ciro Gomes (PDT), e a deputada estadual Manuela D’Ávila (PCdoB). Quem parece cada vez mais longe da corrida presidencial é o prefeito João Dória, que esbarrou em Alckmin e é cotado para substituí-lo no Palácio dos Bandeirantes (ANSA).

Trump confirma Jerusalém como capital de Israel

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, confirmou ontem (6) que seu país reconhecerá Jerusalém, a partir de agora, como capital de Israel, uma medida que promete gerar tensões no Oriente Médio e reduzir as possibilidades de um processo de paz entre israelenses e palestinos.

“Determinei que é hora de reconhecer oficialmente Jerusalém como capital de Israel”, disse Trump em um discurso na sala de recepções diplomáticas da Casa Branca. afirmou que sua decisão de reconhecer Jerusalém como capital de Israel não deve ser interpretada como uma falta de compromisso com o processo de paz entre israelenses e palestinos, e prometeu que fará “todo o possível” para ajudar as partes a conseguí-lo.

“Os Estados Unidos apoiarão uma solução de dois Estados se as duas partes chegarem a um acordo”, declarou Trump em discurso na sala de recepções diplomáticas da Casa Branca (ABR/EFE).

Câmara aprova Medida Provisória que incentiva petrolíferas

O Plenário da Câmara concluiu, na madrugada de ontem (6), a votação da MP que cria um regime especial de importação de bens a serem usados na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos. A MP também propõe uma solução para litígios tributários relacionados ao imposto de renda incidente sobre afretamento de embarcações e plataformas flutuantes.

Aprovada na forma do projeto de conversão do relator, deputado Julio Lopes (PP-RJ), a MP estipula a vigência desse regime a partir de janeiro de 2018. Esses bens contarão com suspensão do Imposto de Importação (II), do IPI, do PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação se destinados às atividades do setor e com permanência definitiva no País.

Poderão contar com a suspensão os bens listados pela Receita Federal – a suspensão será convertida em isenção depois de cinco anos da im-



Foi criado um regime especial de importação de bens a serem usados na exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.

portação. Caso a petroleira não usar o bem para a atividade prevista dentro de três anos, prorrogável por mais 12 meses, terá de recolher os tributos não pagos com juros e multa de mora. A matéria, agora, será enviada ao Senado.

Outro benefício para as empresas petrolíferas em atuação no Brasil é a suspensão de tributos na importação ou na compra no mercado interno

de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem a serem usados para fazer um produto final decorrente das atividades de exploração de petróleo. Além dos mesmos tributos da suspensão para importação de embarcações, também poderão ser suspensas a Cofins e o PIS/Pasep, contribuições incidentes no mercado interno (Ag.Câmara).

CCJ do Senado aprova redução de dias no 'saidão' dos presos



Relatado pela senadora Simone Tebet, o projeto determina que a autorização seja reduzida de sete para quatro dias.

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou ontem (6), a redução no número e na duração das saídas temporárias de presos, popularmente conhecidas como “saidão”. A medida está em projeto de lei da Câmara, que agora segue para análise do Plenário.

Atualmente, a Lei de Execução Penal concede até sete dias de saída temporária, até cinco vezes ao ano, para cada preso. O projeto estabelece que essa autorização seja reduzida de sete para quatro dias, podendo ser renovada apenas uma vez ao ano. Quanto ao tempo de cumprimento da pena para acesso ao benefício, o projeto amplia de um quarto (25%) para a metade (50%) essa exigência para o preso reincidente.

O rigor aumenta para os condenados por crime hediondo,

tortura, tráfico de drogas e terrorismo. Para estes, a saída temporária só será possível após o cumprimento de dois quintos (40%) da pena, caso seja primário, ou três quintos (60%), se for reincidente. Outra mudança prevista é a possibilidade de o juiz impor ao beneficiário da saída temporária o uso de tornozeleira eletrônica.

Para a relatora, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), as mudanças no “saidão” são convenientes e oportunas, já que “nos últimos anos, vêm crescendo, vertiginosamente, as ocorrências de crimes praticados durante o benefício da saída temporária de presos, o que demonstra, por si só, a necessidade de dar um tratamento mais rígido à matéria” (Ag.Senado).

Cubanos não transferem tecnologia para fabricar remédios

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse ontem (6) que os valores pagos a mais pelo governo federal, visando à transferência de tecnologia para fabricação, no Brasil, do medicamento Alfaepoetina, não estavam compensando. Por esse motivo, o governo tem deixado de pagar pela transferência de tecnologia, limitando-se exclusivamente à aquisição do medicamento por meio de pregões, acrescentou.

A Alfaepoetina (eritropoetina humana recombinante) é usada no tratamento de anemia decorrente de insuficiência renal crônica. O contrato ao qual o ministro se refere envolve a empresa cubana Cimab e a Bio-Manguinhos, uma unidade da Fiocruz. “Embora haja o discurso sobre transferência de tecnologia, o que há é uma barriga de aluguel para vender ao governo. Pagamos a mais cerca de R\$ 1,7 bilhão por conta de uma transferência de tecnologia que não aconteceu”, disse o ministro em audiência na Câmara.

“A Fiocruz teve 12 anos para aprender a fazer a medicação e não o fez”, ressaltou o ministro, em tom crítico, por considerar que a fundação estava apenas embalando o produto e repassando recursos para Cuba. Segundo Barros, ao abrir pregão para compra desse medicamento, sem necessidade de obter transferência tecnológica, o



Ministro da Saúde, Ricardo Barros, em audiência na Câmara.

Brasil economizou cerca de R\$ 400 milhões em apenas um ano. Ele disse que, só na última compra, a economia ficou em mais de R\$ 134 milhões.

“Nós abrimos um pregão e compramos o que custava R\$ 25 por ampola, da Bio-Manguinhos, por R\$ 15 e, agora, por R\$ 11. Certamente na próxima compra será ainda mais barato”, afirmou o ministro. “Não tinha razão comprarmos de Cuba um medicamento que era produzido no Brasil, a um preço que era o dobro do que pagamos atualmente”, completou (ABR).